e Escola de Contas para debate – [DGP]

19.2.9.a. Projetos ou Ações: Projetos ou Ações: Realização do Plano de Ações Pedagógicas de 2017 e 2018 – [ECPCIR]

19.2.9.b. Projetos ou Ações: Promover treinamento e reciclagem do efetivo do Gabinete Militar quanto às técnicas e táticas Policiais Militares através de Instrução Tática – [Gab. Militar]

19.2.9.c. Projetos ou Ações: Elaborar proposta para Treinamento e capacitação adequados para os técnicos do Núcleo em auditoria de obras – [N. DE OBRAS]

19.2.9.d. Projetos ou Ações: Elaborar proposta para Treinamento e capacitação sobre o GeoObras, SPE e Sipwin para os técnicos do Núcleo – [N. DE OBRAS]

19.2.9.e. Projetos ou Ações: Promover e ofertar a todos os funcionários do TCM a Palestra sobre Crimes Cibernéticos – [Gab. Militar]

19.2.9.f. Projetos ou Ações: Não foram iniciadas tratativas quanto a essa iniciativa. Serão solicitadas reuniões com a Diplan e Escola de Contas para debate – [DGP]

20. Objetivo: Adequar a estrutura física, de cargos e de Pessoas.

20.1.1.a. Projetos ou Ações: A reestruturação foi concluída, tendo sido inclusive preenchidas as divisões criadas com Funções Gratificadas – [DGP]

20.1.1.b. Projetos ou Ações: Iniciativa: Elaborar e implantar programa/projeto de Reestruturação do Núcleo de Obras – [N. OBRAS]

20.1.2.a. Projetos ou Ações: Dispor de espaço adequado para lotação de aproximadamente 12 técnicos da área – [N. DE OBRAS]

20.1.2.b. Projetos ou Ações: Reformulação do organograma da Diretoria administrativa – [DAD]

20.2.1.a. Projetos ou Ações: Após a conclusão do trabalho da Leme, especialmente após a reaplicação da Avaliação de Desempenho, com foco em competências, prevista para o segundo semestre de 2017, será possível dimensionar a necessidade de pessoal para então elaborar edital de concurso público – [DGP]

21. Objetivo: Implementar a Gestão por Competências.

21.1.1.a. Projetos ou Ações: Após a conclusão do trabalho da Leme, especialmente após a reaplicação da Avaliação de Desempenho, com foco em competências, prevista para o segundo semestre de 2017, será possível analisar o mapeamento das competências individuais e consequentemente melhor alocar as pessoas – [DGP]

21.1.2.a. Projetos ou Ações: Após a conclusão do trabalho da Leme, especialmente após a reaplicação da Avaliação de Desempenho, com foco em competências, prevista para o segundo semestre de 2017, será possível definir parâmetros e focos para elaborar programa para desenvolvimento de carreira – [DGP]

21.1.3.a. Projetos ou Ações: Após a conclusão do trabalho da Leme, especialmente após a reaplicação da Avaliação de Desempenho, com foco em competências, prevista para o segundo semestre de 2017, será possível definir parâmetros e focos para elaborar programa de gestão de competências – [DGP]

21.1.4.a. Projetos ou Ações: Existe minuta de Resolução nesse sentido. Serão reiniciadas as discussões para posterior apreciação do Pleno - [DGP]

21.2.1.a. Projetos ou Ações: Existem no mercado softwares específicos nesse sentido. Será demandado a Diretoria de Tecnologia de Informação suporte para desenvolvimento e/ou aquisição (preferencialmente sem ônus) – [DGP]

22. Objetivo: Garantir a aplicação dos recursos orçamentários e financeiros.

22.2.1.a. Projetos ou Ações: Sistematização do processo de monitoramento da execução orçamentária e financeira do Tribunal – [DIORF]

23. Objetivo: Obter recursos de outras fontes.

23.2.1.a. Projetos ou Ações: Estruturação do serviço de cobrança de multas devidas ao FUNREAP, dentro da estrutura da DIORF – [DIORF]

23.2.1.b. Projetos ou Ações: Instituir a Semana de Conciliação – [Gab. Presidência]

Protocolo: 153755

OUTRAS MATÉRIAS

PUBLICAÇÃO DE ATOS

RESOLUÇÃO Nº 12.881, DE 14/02/2017

Processo nº 201603128-00

Origem: Prefeitura Municipal de Conceição do Araguaia

Assunto: Remuneração de Servidores

Interessado: Valter Rodrigues Peixoto – (Prefeito)

Relator: Conselheiro José Carlos Araújo

EMENTA: Remuneração de Servidores. Município de Conceição do Araguaia. Atendidas as exigências legais. Pelo cadastramento do ato.

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls. 21 e 22 dos autos.

Decisão: Cadastrar a Lei nº 1.231/2016, de 24 de fevereiro de 2016, que dispõe sobre a Revisão Geral Anual dos Servidores da Câmara Municipal de Conceição do Araguaia, pelas razões expostas no voto.

RESOLUÇÃO Nº 12.915, DE 02/03/2017

Processo nº 201601144-00

Origem: Câmara Municipal de Bragança

Assunto: Lei Municipal nº 4.483/2016 que dispõe sobre o reajuste de vencimentos dos servidores da Câmara

Responsável: IRENE DOS SANTOS FARIAS – PRESIDENTE

Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Franco Dantas

EMENTA: Câmara Municipal de Bragança. Lei Municipal nº 4.483/2016 que dispõe sobre o reajuste dos vencimentos dos servidores da Câmara.

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Substituto.

Decisão: I – Pelo cadastramento da Lei Municipal nº 4.483/2016 que reajustou o salários dos servidores da Câmara Municipal de Bragança, no percentual de 11% (onze por cento), a vigor a partir do dia primeiro de janeiro de 2016.

RESOLUÇÃO Nº 12.916, DE 02/03/2017

Processo nº 201611182-00

Origem: Prefeitura Municipal de Castanhal

Assunto: Lei Municipal nº 026 de 15.09.2016, que fixou os subsídios dos Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais para a Legislatura de 2017 a 2020.

Responsável: PAULO SÉRGIO RODRIGUES TITAN – PRESIDENTE

Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Franco Dantas

EMENTA: Fixação de Subsídios dos Vereadores. Legislatura 2017/2020. Cadastramento.

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Substituto.

Decisão: I – Pelo cadastramento da Lei nº 026/2016 de 15.09.2016, da Prefeitura Municipal de Castanhal, que fixou os subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais, por atender o disposto no Artigo 29, V e Artigo 37, XI, da Constituição Federal de 1988.

RESOLUÇÃO Nº 12.917, DE 02/03/2017

Processo nº 201612969-00

Origem: Prefeitura Municipal de Primavera

Assunto: Lei Municipal nº 2.856/2016 que que fixou os Subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais para Legislatura de 2017/2020.

Responsável: Cleuma Maria Bezerra de Oliveira

Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Franco Dantas

EMENTA: Lei Municipal nº 2.856/2016 que fixou os Subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais para Legislatura de 2017/2020. Cadastrada.

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do Relatório e Voto do Conselheiro Substituto.

Decisão: I – Pelo cadastramento da Lei Municipal nº 2.856/2016, da Prefeitura Municipal de Primavera, que fixou os subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais para Legislatura de 2017/2020.

RESOLUÇÃO Nº 12.918, DE 02/03/2017

Processo nº 201613476-00

Origem: Prefeitura Municipal de Terra Alta

Assunto: Lei Municipal nº 008/2016 que que fixou os Subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais para Legislatura de 2017/2020.

Responsável: Gilvandro Alves Cordovil do Nascimento

Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Franco Dantas

EMENTA: Lei Municipal nº 008/2016 que fixou os Subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais para Legislatura de 2017/2020 .Cadastrada.

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do Relatório e Voto do Conselheiro Substituto.

Decisão: I – Pelo cadastramento da Lei Municipal nº 008/2016 da Prefeitura Municipal de Terra Alta, que fixou os subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais para Legislatura de 2017/2020.

RESOLUÇÃO Nº 12.919, DE 02/03/2017

Processo nº 201611805-00

Origem: Câmara Municipal de Peixe-Boi

Assunto: Lei Municipal nº 690/2016 que que fixou diárias ao Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários e funcionários públicos municipais.

Responsável: FRANCISCO OLIVEIRA DE SOUZA - PRESIDENTE

Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Franco Dantas

EMENTA: Câmara Municipal de Peixe-Boi. Lei Municipal nº 690/2016 que fixou as diárias do Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários e funcionários público municipais. Cadastrada.

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do Relatório e Voto do Conselheiro Substituto.

Decisão: I – Pelo cadastramento da Lei Municipal nº 690/2016 da Câmara Municipal de Peixe-Boi, que fixou diárias ao Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários e funcionários públicos municipais, a partir de 1º de janeiro de 2017.

RESOLUÇÃO Nº 12.920, DE 02/03/2017

Processo nº 201611808-00

Origem: Câmara Municipal de Peixe-Boi

Assunto: Resolução nº 002/2016 que que fixou diárias aos Vereadores

Responsável: Francisco de Oliveira Souza – PRESIDENTE

Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Franco Dantas

EMENTA: Câmara Municipal de Peixe-Boi. Resolução nº 002/2016 que fixou diárias aos Vereadores. Cadastrada.

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Substituto.

Decisão: I – Pelo cadastramento da Resolução nº 002/2016, da Câmara Municipal de Peixe-Boi, que fixou diárias aos Vereadores, a partir de 1º de janeiro de 2017.

ACÓRDÃO Nº 29.937, DE 14/02/2017

Processo nº 201219430-00

Origem: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE SOURE

Assunto: APOSENTADORIA DE ANASTÁCIO DOS SANTOS COSTA

Responsável: JOSÉ MARIA PEIXOTO RAMOS – PRESIDENTE

Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Franco Dantas

EMENTA: Resolução nº 012/2016. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE SOURE. APOSENTADORIA. REGISTRO ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e proposição de decisão do Conselheiro Substituto Relator, dos autos.

Decisão: I – Pelo Registro da Resolução nº 012/2016 do Instituto de Previdência do Município de Soure, que aposenta por invalidez o Senhor Anastácio dos Santos Costa, no cargo de Vigia, com proventos mensais no valor de R\$ 1.100,00 (Hum mil e cem reais), nos termos do Artigo 6º-A, da Emenda Constitucional nº 41/2003, com redação da EC nº 70/2012.

ACÓRDÃO Nº 29.938, DE 14/02/2017

Processo nº 201219431-00

Origem: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE SOURE

Assunto: APOSENTADORIA DE ENEDINA LIMA RAMIREZ